

DEPÓSITOS NÃO FEITOS Aposentado pode cobrar FGTS de ex-empregador

, 14 Agosto 2013 - 13:20:17

A 9ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-3) rejeitou Recurso Ordinário e manteve decisão de primeira instância que obrigou a Prefeitura da Manhauçu (MG) a depositar valor devido do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) a um funcionário aposentado. A cobrança judicial ocorre porque não houve depósito do FGTS na data do vínculo e o homem não conseguiu levantar os depósitos quando se aposentou. O relator do caso, juiz convocado Jessé Cláudio Franco de Alencar, afirmou que o aposentado ganhou o direito de levantar o FGTS tão logo se aposentou por idade, como previsto no artigo 20, inciso III, da Lei 8.036/1990. Além disso, a cláusula oitava do Termo de Confissão de Dívida firmado entre a Prefeitura e a Caixa Econômica Federal diz que o devedor se obriga a recolher, de uma só vez, as importâncias relativas a empregado que faça jus à movimentação de sua conta vinculada ou que tenha rescindido ou extinto seu contrato de trabalho. A Vara do Trabalho de Manhauçu conheceu diferenças de FGTS devidas pela Prefeitura ao homem, e determinou que o depósito fosse feito ou que o pagamento ocorresse de forma direta. A Prefeitura entrou com recurso, alegando *bis in idem*, uma vez que o FGTS seria depositado junto à Caixa Econômica Federal e pago no bojo da reclamação trabalhista. No entanto, como explica o relator em seu voto, os valores recolhidos com base no Termo de Confissão de Dívida serão abatidos se a Prefeitura individualizar o valor depositado ao homem. Caso o depósito não ocorra após oito dias, contados a partir da citação individual do representante do réu, torna-se possível dar início à apuração dos valores no bojo da reclamação trabalhista. Os extratos apontaram falta de recolhimento durante cinco anos, e o laudo do perito cita ausência de depósito em período anterior a agosto de 1987 (o homem se aposentou em 1990). Não há prescrição total ou parcial por conta de acordo celebrado com a Caixa Econômica Federal. Com informações da Assessoria de Imprensa do TRT-3. [Clique aqui para ler a decisão.](#)

Leia também "11/08/2013 TST reafirma que indenização da Lei do Rural é compatível com FGTS" "07/08/2013 Pedro Alves: Reajuste do FGTS gera defasagem de até 88% ao trabalhador" "14/07/2013 TST confirma que aposentadoria por invalidez não obriga depósito de FGTS" "17/06/2013 FGTS investido em aplicação financeira é passível de penhora, decide STJ" "10/06/2013 Caixa não é responsável por saque de FGTS com documento falso, diz TRF 1" "07/12/2012 Para TST, empregador deve provar inexistência de FGTS a pagar" "21/11/2012 Correção do FGTS não se aplica a contribuições de previdência privada"